

INVISIBILIZANDO HISTÓRIAS E ESPAÇOS: A URBANIZAÇÃO NO PROCESSO DE MARGINALIZAÇÃO DO POVO DA ILHOTA

INVISIBILIZING STORIES AND SPACES: URBANIZATION IN THE MARGINALIZATION PROCESS OF THE PEOPLE OF THE ILHOTA

Betina da Rocha Gamalho¹

RESUMO

Centralizando a Ilhota e o respectivo processo de urbanização e de marginalização como objeto de estudo, o artigo pretende trazer novas perspectivas sobre a região. A finalidade é investigar a historiografia do tema, a conceitualização e a historicização de conceitos caros para a compreensão da temática. É resgatado historicamente o contexto, dentro do tempo de longa duração, que reconfigurou a Ilhota como espaço urbano e sua população como marginalizada entre os anos de 1904-1979, em prol de uma modernidade seletiva que apontou aqueles que poderiam ou não fazer parte desse processo urbanizatório. Para a contextualização da temática proposta, foi utilizada uma abordagem qualitativa e explicativa, tendo o método histórico como uma ferramenta na análise de dados e fatos coletados através de uma pesquisa documental e bibliográfica. Assim, é demonstrada a necessidade de tratar sobre uma temática pouco explorada e fundamental para a compreensão dos espaços e das histórias invisibilizadas no campo regional.

Palavras-chave: História. Ilhota. Urbanização. Marginalização.

ABSTRACT

Focusing Ilhota and its urbanization and marginalization process as an object of study, this article intends to bring new perspectives on the region. The purpose is to investigate the historiography of the theme, the conceptualization and historicization of concepts to understand the topic. We bring historically the context, within the long term, that reconfigured Ilhota as an urban space and its population as marginalized between the years 1904-1979 in favor of a selective modernity, which pointed out those who could or could not be part of that urbanization process. For that contextualization of the theme, a qualitative and explanatory approach was used, with the historical method as a tool to analyze data and facts collected through documentary and bibliographic research. Thus, we demonstrate the need to deal with an underexplored and fundamental theme for understanding spaces and invisible histories at the region.

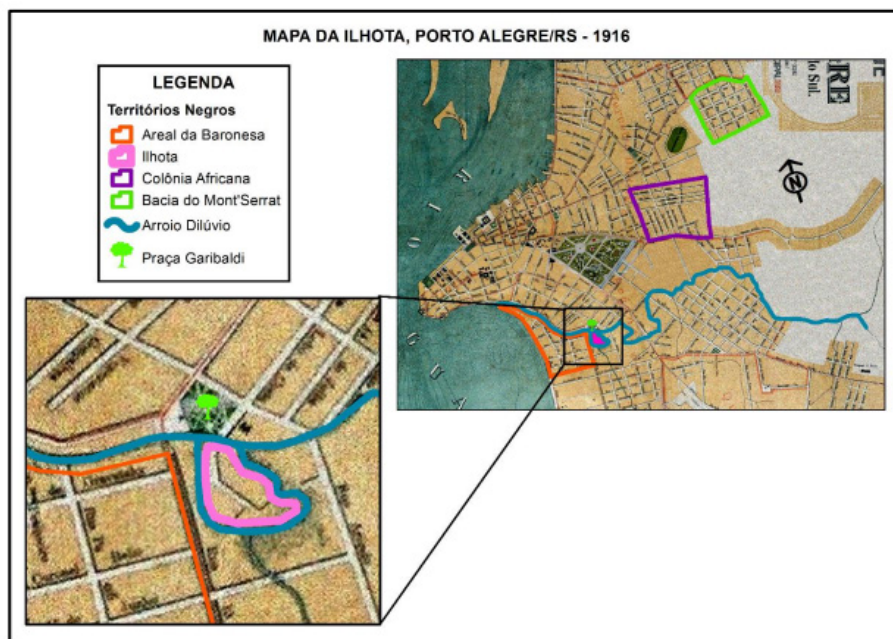
Keywords: History. Ilhota. Urbanization. Marginalization.

1 Bolsista Capes no Mestrado em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Graduada e laureada em Licenciatura em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

INTRODUÇÃO

Quando fala-se em territórios negros em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, encontra-se uma vasta bibliografia, ainda que recente, que dá conta das singularidades de cada espacialidade. Evidentemente, há uma lacuna de aprofundamento nas pesquisas sobre a antiga região conhecida como Ilhota na historiografia, de modo que para conhecer a Ilhota, é preciso ler informações fragmentadas nos diversos trabalhos publicados que a trazem na história de forma transversal, e não como objeto de estudo central. Por isso a importância de tornar sólida e concreta uma história escrita sobre e para uma comunidade apagada e silenciada do espaço urbano e da historiografia, a qual pouco resta hoje da história visível de seu povo no espaço localizado atualmente no trecho da Avenida Erico Veríssimo entre a Avenida Ipiranga e a Praça Garibaldi (Figura 1). Seus aspectos culturais, caros à cultura popular porto-alegrense, e a nova região criada para abrigar os expulsos pelo processo de urbanização, chamada de Restinga, são objeto de estudo em algumas pesquisas. Ainda assim, é fundamental historicizar a própria região (antiga), que hoje conta com o esquecimento por parte dos porto-alegrenses e dos moradores da nova territorialização gentrificada que ali se encontra.

Figura 1 - Mapa da Ilhota, Porto Alegre/RS - 1916



Fonte: Elaboração de Daniele Machado Vieira sobre Mapa de Porto Alegre 1916 (IHGRGS, 2005)

A priori, será realizado na primeira seção um resgate historiográfico de pesquisas que servem como alicerce para a construção de novos saberes sobre a região. Já na segunda seção, traz-se um breve referencial teórico acerca dos conceitos trabalhados, que compreendem Urbanização e Marginalização. Na terceira seção, a farsa abolicionista será abordada à luz da relação histórica com o processo que levará a população pobre e majoritariamente negra para os arredores da região central de Porto Alegre, formando, conforme Sandra Pesavento (1999, p. 11), um “cinturão negro”. Esse movimento pós-abolição formou uma nova territorialização na cidade, composta predominantemente por pessoas negras, que mais tarde experimentaríamos o amargor da urbanização. Esse processo será analisado na seção quatro, em que serão compreendidos os marcos temporais propostos: de 1904, como o ano de “criação” de uma região alagadiça que viria a ser conhecida como Ilhota; e do ano de 1979, que marca a completa expulsão e remoção sistematizada dos moradores daquela região. Há os que podem aproveitar os doces da urbanização, mas em contraponto, há os que devem experimentar os amargos desse processo, sendo inclusive considerados “impedimentos” para o advento dessa dita “modernidade”, que é seletiva, higienista, moral e excludente.

Bittencourt (2008) sinalizou para os cuidados que a abordagem da história regional selecionada deve ter no sentido de não reproduzir apenas a narrativa histórica dos “grandes” personagens políticos e da elite dirigente: “[...] é preciso identificar o enfoque e a abordagem de uma história local que crie vínculos com a memória familiar, do trabalho, da migração, das festas...” (BITTENCOURT, 2008, p. 169). É fundamental significar aquelas histórias que foram silenciadas, invisibilizadas e embranquecidas na esfera regional².

Para compreensão do marco temporal proposto para analisar o objeto de estudo, que é a região conhecida por Ilhota, localizada em Porto Alegre, é necessário resgatar os processos contextuais históricos que invisibilizaram histórias e espaços de uma população que fora paulatinamente marginalizada, entre os anos de 1904 a 1979, através dos processos urbanísticos. A análise a partir de uma perspectiva regional é fundamental para compreender o surgimento do objeto de estudo, historicizando a presença

2 Repensar essa narrativa genérica é também incluir os excluídos da história dentro de uma delimitação local, quando é sabido que uma tendência sob a ótica da “historiografia europeia e do pensamento intelectual positivista, produziu uma história preocupada com a genealogia da nação, com os feitos dos heróis, com os grandes acontecimentos políticos, com os grandes personagens da história [...]. As massas populares foram excluídas e neste sentido não havia espaço para a história dos comuns, das mulheres, das crianças, dos negros, dos pobres e dos trabalhadores” (CITRON, 1990 apud ASSIS; PINTO, 2019, p.10).

negra aos arredores da região central no período pós-abolição e articulando “a singularidade à universalidade na esfera da particularidade” (ALVES; SCHALLENBERGER; BATISTA, 2005, p. 40).

Desse modo, “ao pôr em evidência estes espaços, não só se reconhece vozes historicamente silenciadas, como se traz à tona marcas espaciais apagadas, rugosidades presentes num espaço “alisado” na construção de um território funcional e homogêneo” (SANTOS, 2009 apud VIEIRA, 2014, p. 8). Pelo exposto, é necessário que o meio acadêmico se aproprie dos lugares de memória não explorados da história porto-alegrense, bem como dos sujeitos que talvez não se sintam pertencentes a uma cidade que marginaliza os considerados “impedimentos para a modernidade” e deem ouvidos as vozes e as memórias da resistência da Comunidade Território Ilhota.

1 DISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA

Esta pesquisa se insere no debate relativo aos processos urbanísticos marginalizatórios na região da Ilhota ao longo dos anos de 1904 a 1979. Para tal análise, foi fundamental a revisão historiográfica produzida ao longo dos anos sobre a memória e a história dos Territórios Negros. No entanto, o estudo desses espaços e dos protagonistas das histórias que nelas ocorrem é recente, visto que a historiografia do final do século XIX e do início do século XX era pautada pela ênfase aos grandes “heróis” e aos acontecimentos da história sul-rio-grandense, influenciada pelo positivismo, que negligenciava a presença negra no Estado.

Apesar do silêncio historiográfico sobre esses espaços, a partir da década de 1990 o estudo local dos Territórios Negros ganhou maior visibilidade, já com influência da corrente historiográfica dos *Annales*³. Ruben George Oliven já chamava a atenção, em “A invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul” (1996), para o caráter invisibilizatório da participação negra na história e na representação do gaúcho no Rio Grande do Sul, questionando o olhar eurocêntrico sobre a história do estado. Sandra Pesavento é uma das historiadoras referência nesses estudos, com trabalhos como “A Invenção da sociedade gaúcha” (1993), “Os excluídos da Cidade” (1995) e “Lugares malditos: a cidade do ‘outro’ no Sul brasileiro” (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX)” (1999). Há, ainda, o

3 “O grupo ampliou o território da história, abrangendo áreas inesperadas do comportamento humano e a grupos sociais negligenciados pelos historiadores tradicionais. Essas extensões do território histórico estão vinculadas à descoberta de novas fontes e ao desenvolvimento de novos métodos para explorá-las. Estão também associadas à colaboração com outras ciências, ligadas ao estudo da humanidade, da geografia à linguística, da economia à psicologia”. (BURKE, 1992, p. 89).

trabalho de Iosvaldir Bittencourt, intitulado “Relógios da Noite: uma antropologia da territorialidade e da identidade negra em Porto Alegre” (1995), e o de Eduardo Kersting, “Negros e a modernidade urbana em Porto Alegre: a Colônia Africana (1890-1920)” (1998). Esses foram trabalhos pioneiros na questão da territorialidade negra nos espaços urbanos de Porto Alegre, bem como no debate em relação ao silenciamento dessas histórias e à exclusão dos negros de uma cidade que “não os pertencia”. Percebe-se que os estudos aqui mencionados eram tratados dentro de um campo mais geral sobre Territórios Negros (a não ser Kersting, que já começava a especificar a Colônia Africana em sua dissertação). Por enquanto, a Ilhota não fora o tema central de pesquisa nos estudos publicados na década de 1990.

O aprofundamento do debate sobre os espaços de memória que foram silenciados por séculos da história nacional e local se destaca a partir da década de 2000, principalmente com a criação da Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 (BRASIL, 2003) e do projeto Territórios Negros (PORTO ALEGRE, 2009a). A partir daí, fomentou-se um maior debate a respeito da população negra e dos espaços embranquecidos da história. É nesse contexto que novos acadêmicos vinculados a pesquisas nas universidades iniciaram trabalhos trazendo como pauta o registro e a reconstituição da memória negra nos espaços urbanos de Porto Alegre.

Esses novos acadêmicos passaram a produzir pesquisas, a partir dos anos 2000 (principalmente a partir de 2009), tendo como objeto central a visibilidade negra nos espaços urbanos em Porto Alegre. Isso proporcionou um olhar interdisciplinar sobre a história da memória negra no município. Acadêmicos de diversas áreas do conhecimento passaram a trazer, sob sua perspectiva de análise histórica, geográfica, antropológica e sociológica, os Territórios Negros.

Em 2010 foi lançado o livro organizado pela fotógrafa Irene Santos em conjunto com outras intelectuais e intitulado “Colonos e Quilombolas: memória fotográfica das colônias africanas de Porto Alegre”. Tratou-se de uma importante bibliografia de registros da memória oral, histórica, patrimonial e fotográfica dos espaços urbanos da memória da população negra de Porto Alegre (SANTOS, 2010).

Partindo da discussão historiográfica na área da história, salienta-se como referências primordiais o historiador Felipe Rodrigues Bohrer, em “Breves considerações sobre os Territórios Negros Urbanos de Porto Alegre na pós-abolição” (2011), e Marcus Vinicius de Freitas Rosa, com seus estudos através de sua tese de doutorado chamada “Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918)” (2014). Karitha Soares foi outra historiadora que trouxe ao centro o

protagonismo negro nos espaços urbanos em sua dissertação “Da força ao tambor: o Museu do Percurso como reconhecimento histórico da presença do negro na formação da cidade de Porto Alegre” (2017), assim como Rodrigo Weimer em “Do centro à periferia: ‘malocas’ e remoções na constituição do espaço urbano de Porto Alegre (1951-1973)” (2017). Os historiadores aqui salientados contribuíram para o avanço na historiografia de temas regionais que careciam de um debate teórico e conceitual sobre o papel da população negra na formação de Porto Alegre e sua progressiva marginalização nos espaços urbanos em prol da dita “modernidade”.

Um dos estudos mais recentes que traz a Ilhota como objeto transversal de pesquisa é o da historiadora Neila Prestes de Araujo na dissertação “Origens do Bairro Restinga, entre versões, a inversão do olhar sobre a memória: uma história autocentrada no discurso do sujeito subalterno sobre o processo de ocupação da comunidade entre 1967 - 1971” (2019). Ao tratar das origens históricas da Restinga, a autora evidenciou os projetos urbanísticos e segregacionistas a partir de 1967, contextualizando historicamente como o bairro fora criado e de onde vieram seus moradores.

Mais recente ainda, destaco a obra “Atlas da Presença Quilombola em Porto Alegre” (2021), organizado por Cláudia Luísa Zeferino Pires e Lara Machado Bitencourt, que também utiliza de testemunhos orais para traçar uma cartografia contracolonial das quilombolas urbanas na cidade e para discutir sobre as resistências urbanas na relação centro-periferia. Mais uma vez, a Ilhota aparece transversalmente nos demais Territórios Negros analisados na obra, tendo nessa bibliografia, assim como nas demais, um suporte contextual sobre a região e sobre os processos urbanísticos da época. É uma obra interdisciplinar, que conta com a participação de diversos pesquisadores, que trouxeram uma riqueza de fontes ao interligar o uso de fontes orais com a cartografia.

A interdisciplinaridade do tema proporcionou discussões com outras áreas do conhecimento, tendo, como referência, os trabalhos de Daniele Machado Vieira, “Territórios Negros em Porto Alegre/RS (1800 - 1970): Geografia histórica da presença negra no espaço urbano” (2017), e de Helena Bonetto, com “A invisibilidade negra na cidade de Porto Alegre: uma pesquisa sobre imaginários urbanos” (2019). A antropologia e as ciências sociais também contribuíram com as pesquisas no campo historiográfico por levantarem um leque maior de análises e fontes, como Francieli Ruppenthal em “Um percurso vivido: pluralizando histórias e memórias a partir do projeto ‘Territórios Negros’” (2016).

Dada a breve discussão historiográfica, percebeu-se que há estudos referentes aos Territórios Negros, memória, visibilidade e marginalização

da população negra nos espaços urbanos da cidade de maneira geral. Essas investigações evidenciaram uma abordagem da Ilhota em conjunto com outros lugares de memória, de maneira ampla. Alguns Territórios Negros já foram trabalhados de forma específica, como o Areal da Baronesa (MATOS, 2000) e a Colônia Africana (KERSTING, 1998). A Ilhota como objeto de estudo e como ocupante da centralidade das pesquisas em relação aos processos urbanizatórios seletivos, é uma lacuna historiográfica que se pretende preencher com o presente artigo.

2 HISTORICIZANDO CONCEITOS

A priori, é fundamental referenciar a importância do trabalho conceitual e de suas múltiplas interpretações para a erudição do saber histórico. Os fatos são interpretados à luz de conceitos e desenvolver a erudição teórica sobre a temática é compreender as nuances interpretativas da história. Sendo assim, os conceitos apresentam-se como ferramentas através das quais os historiadores e historiadoras constroem suas pesquisas. Para isso, os autores abordados se apresentam como sustentáculos desse processo, trazem interpretações conceituais e teóricas reflexivas que lançam luz sobre o tema e nos permitem desnaturalizar, historicizar e problematizar a Ilhota. Este estudo comparativo pretende relacionar conceitos e, a partir disso, abrir espaço para a construção de novos saberes.

2.1 Urbanização e Marginalização

Urbanização. “Ato ou efeito de urbanizar, de tornar urbano, com o aspecto de uma cidade. Conjunto de técnicas, práticas ou teorias, que fazem com que uma área urbana passe a possuir uma infraestrutura eficaz, planejamento, embelezamento etc.[...]”⁴. Embranquecer. “Tornar branco, branquear”⁵. Marginalização. “Ação de marginalizar, de tornar marginal, à margem”⁶. O dicionário traz uma definição sistemática e simplista desses conceitos. Para além da definição morfológica do conceito referenciado, propõe-se os seguintes questionamentos: para que e para quem essa urbanização é elaborada? Quais sujeitos estão inseridos nesse plano de embelezamento e quais estão/ficarão à margem desse processo? Para dar conta desses questionamentos, aciona-se Milton Santos e Ruben George Oliven, que realizaram uma análise crítica e analítica do conceito, em conjunto

4 Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/urbanizacao/>>.

5 Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/embranquecer/>>.

6 Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/marginalizacao/>>.

com interpretações de Michel Foucault.

Santos afirma, na obra “A Urbanização Brasileira”, que o fenômeno possui uma profunda associação com a pobreza, no sentido de que “produzem-se novos vazios urbanos, ao passo que a população necessitada de habitação, mas sem poder pagar pelo seu preço nas áreas mais equipadas, deve deslocar-se para mais longe, ampliando o processo de periferização” (SANTOS, 1993, p. 112). Para o autor, há um evidente conflito de interesses, visto que um espaço inicialmente periférico, ao contar com planejamentos de melhorias urbanas, é promovido através de relações de poder. O autor segue: “A rapidez com que se instala o processo de verticalização tem como paralelo um processo de suburbanização. É um equívoco pensar que problemas urbanos podem ser resolvidos sem solução da problemática social” (SANTOS, 1993, p. 113).

Ruben George Oliven vai ao encontro da interpretação de Milton Santos ao criticar, na obra “Urbanização e Mudança Social no Brasil”, a não historicidade do conceito de urbanização nos estudos que não analisaram esse processo em conjunto com os fenômenos sociais subsequentes. É preciso, conforme o autor:

[...] analisar as transformações que estão ocorrendo no Brasil devido ao, ou começando com o desenvolvimento de uma sociedade urbano-industrial capitalista e discutir como estas mudanças afetam diferentes classes sociais. Em vez de separar as mudanças econômicas e demográficas de um lado, das mudanças sociais do outro, tentar-se-á discuti-las de um modo integrado (OLIVEN, 2010, p. 54).

Como síntese teórica conceitual, Foucault, com a obra “Microfísica do Poder” (1979), construiu sua análise a partir de uma abordagem sobre relações de poder. O autor é essencial neste debate, pois possibilitou uma fundamentação teórica e conceitual para estabelecer relações entre os conceitos delimitados. Foucault resgatou historicamente a divisão espacial urbana entre pobres e ricos, em meados dos anos 1832, com o advento da cólera na Europa. A convivência entre ambas as classes propiciava temores políticos e sanitários, que culminaram na separação espacial. A cidade também se constrói e se define como uma arena de disputas e de relações de poder à medida que estabelece aqueles que pertencem à cidade e aqueles que dela devem ser afastados. O autor evidenciou essa abordagem ao tratar sobre a medicalização em diversos períodos da história:

Na Idade Média, o leproso era alguém que, logo que desco-

berto, era expulso do espaço comum, posto fora dos muros da cidade, exilado em um lugar confuso onde ia misturar sua lepra à lepra dos outros. O mecanismo da exclusão era o mecanismo do exílio, da purificação do espaço urbano. Medicalizar alguém era mandá-lo para fora e, por conseguinte, purificar os outros. A medicina era uma medicina de exclusão. (FOUCAULT, 1979, p. 82).

Apesar do objeto de análise de Foucault ser a medicalização, é possível notar tal fenômeno de exclusão desses sujeitos, considerados “entraves” para a cidade urbana da Idade Média, também em relação à cidade moderna e aos seus sucessivos processos marginalizatórios em decorrência da urbanização. Foucault, assim como Santos (1993) e Oliven (2010), propõe uma análise da cidade e da urbanização para além da exclusividade das causalidades econômicas. Em especial, Foucault tratou das disputas e relações de poder (que em sua perspectiva não são de monopólio do Estado ou de uma classe, mas pertencem a uma microfísica de poder) no sentido de garantir a governamentalidade. A urbanização tem um papel fundamental nesse processo para a promoção do “bom governo” e o “melhor viver” da população. Ela também se apresenta nessa análise como ferramenta de auxílio de controle dessa governamentalidade.

É notória a associação que um conceito tem com o outro, a partir das abordagens dos autores aqui trabalhados. Os conceitos constroem uma rede de significados quando interligados através da erudição teórica investigativa em um mesmo referencial. Portanto, torna-se inviável estudar a urbanização sem considerar os fenômenos sociais que a relação de poder impõe sobre determinado grupo urbano. Entre esses fenômenos está o conceito de marginalização e o consequente embranquecimento dos espaços monopolizados por aqueles que detêm o controle da governamentalidade e estabelecem as distinções urbanas entre os que devem ou não ser excluídos da cidade “moderna”.

3 A FARSA ABOLICIONISTA E A TERRITORIALIZAÇÃO NEGRA

Contextualizando-se historicamente, no período final do sistema escravista e pós-abolição forma-se, conforme Sandra Pesavento (1999, p. 11), um “cinturão negro” ao redor da região central de Porto Alegre, no espaço agora demarcado como centro da vida administrativa, econômica e cultural das elites dirigentes. Já mencionado sobre a heterogeneidade e sobre as particularidades da história regional, diferenciando-a do eixo da história nacional, o Rio Grande do Sul experimenta um fenômeno singular em relação à história da abolição da escravidão contada de maneira superficial.

A abolição da escravidão rio-grandense ocorreu de forma oficial em 1884, destacando-se Porto Alegre e Pelotas como municípios pioneiros, portanto, antecipando-se ao marco temporal de 1888. No entanto, deve-se atentar em complexificar tal acontecimento, visto que essa abolição antecipada não implicou o fim da escravidão de forma integral na província. No Rio Grande do Sul, a escravidão foi abolida oficialmente em 1884, mas os escravizados libertos permaneceram obrigados a trabalhar por até cinco anos.

Conceitualizando-se a historiadora Maria Angélica Zubaran (2009), é fundamental a compreensão sobre como uma memória social da abolição foi construída pelas elites políticas regionais em Porto Alegre. Nesse sentido, traz-se como fonte histórica o chamado “O Livro de Ouro”, criado pela Câmara Municipal de Porto Alegre para o registro das sessões especiais. Nele destacou-se a data de 07/09/1884 como data oficial da libertação dos escravos na cidade. É necessário ainda problematizar esse marco temporal rio-grandense, assim como fizeram Margaret Bakos (2018) e Sandra Pesavento (1993), ambas historiadoras referência no assunto, ao salientarem que, de fato, essa invenção branca da liberdade negra pela sociedade gaúcha⁸ foi apenas uma pretensa ideia de abolição antecipada.

No período colonial escravagista, o centro de Porto Alegre era marcado pela presença da população negra que desempenhava funções como marinheiros, carregadores, lavadeiras, quituteiras, aguadeiros, ferreiros etc. O processo de abolição provocou uma intensa reorganização territorial na cidade. Na área central, medidas urbanísticas expulsaram esses trabalhadores, deslocando-os para as cercanias da cidade (locais notoriamente esquecidos pela sociedade, conhecidos apenas pela falta de melhorias urbanas e pelo oferecimento de moradias baratas). “Em contraponto a estes territórios negros, havia outras regiões onde habitavam segmentos abastados voltados para a implantação da ordem burguesa e a modernização urbana, o que gerou uma divisão espacial marcada pela diferenciação social” (PESAVENTO, 1995 apud BOHRER, 2011, p. 127). Conforme Marcus Vinicius de Freitas Rosa (2014), além da diferença geográfica entre espaços, havia ainda

7 “Criar um documento de “memória social” significa organizar o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido. No caso da abolição no sul do país, a ideia era evitar a recordação dos enganos (contratos de prestação de serviço), dos conflitos (a resistência escrava) da participação negra pró libertação (a alforria).” [...] (MOREIRA, 2003 apud KROB, 2011, p. 25).

8 “[...] a construção imaginária da sociedade comporta intenções, manipulações do real, artifícios de ilusão do espírito. Esse viés, por assim dizer, ideológico é ele também um elemento de desvio e de transfiguração do real e revela a intenção manipuladora de interesses sociais determinados. Em suma, enquanto construção, o imaginário social não é livre, neutro ou transparente, mas constituído por uma rede de significados apresentados de maneira simbólica, que é preciso decifrar.” (PESAVENTO, 1993, p. 384)

um carregamento de sentidos de distinção social entre os termos “cidade alta” e “cidade baixa”. A primeira, como o lugar dos privilegiados da sociedade porto-alegrense, e a segunda, como lugar dos pobres e da violência.

Fixados em uma demarcação etnicamente negra e marginalizada, os ex-escravizados passaram a viver em regiões que apresentavam condições insalubres para habitação, sem investimento público e sofrendo com as frequentes enchentes. Na década de 1880, o jornalista republicano Felicíssimo Manuel de Azevedo, sob o pseudônimo “Fiscal Honorário”, já expressava, no jornal “A Federação”, as condições em que a região se encontrava e alertava para uma urgente modernização e urbanização daquele espaço. O jornalista advertia os órgãos municipais sobre o “grande número das casas” da “cidade baixa” que não tinham “canos para levar à rua as águas do interior”, que acabavam ficando “depositadas até secarem pelo sol”⁹. No entanto, é necessário relativizar essa modéstia “preocupação” com a população que morava nesses locais, visto que:

Tratava-se de mais um republicano preocupado com os “miasmas pestíferos” que comprometeriam a qualidade de vida dos ricos e bem-nascidos, além de encontrar na preocupação com a higiene uma justificativa para intervir nos locais de moradia dos mais pobres. (ROSA, 2014, p. 87).

À medida que o conceito de “moderno” e “urbano” cresceu, aqueles espaços inicialmente periféricos e invisibilizados foram sujeitos a passar gradualmente pela modernização urbana e pelas políticas higienistas. Em 1904 Porto Alegre iniciou-se o processo em prol da urbanização seletiva, acompanhando uma mudança no paradigma nacional. Essa era a primeira fase urbanística com planos de embelezamento, marcados pela necessidade de rompimento com o passado colonial e pela adesão ao “moderno”.

Na capital, essas transformações, advindas com a modernidade, são vistas como a “Belle Époque”¹⁰ porto-alegrense”, e concomitante a ela uma política de silenciamento ao extremo, motivando a invisibilidade deste grupo a patamares incompreensíveis, pois fora violentado nos aspectos mais caros ao reconhecimento de toda e qualquer identidade,

9 [Cousas Municipais]. A Federação, [Porto Alegre], 21 jun. 1886, capa.

10 “A expressão Belle époque apareceu depois da primeira guerra mundial [...]. Para os sobreviventes o período que antecederia esta carnificina, a saudade de uma época de mais de quarenta anos de paz, de progresso científico, tecnológico, material, dissimulou em parte as duras realidades vividas pela maioria da população. Se elaborou progressivamente a ideia de uma “idade de ouro”, o mito de uma Belle époque.” (MÉRIAN, 2012, p. 135).

seu reconhecimento social, cultural e político”. (BITTENCOURT, 2010 apud SOARES, 2017, p. 22).

4 OS “IMPEDIMENTOS” PARA A MODERNIDADE

Em um contexto nacional marcado pela necessidade de adesão a um ideal europeu de modernidade¹¹, as primeiras medidas urbanísticas seguindo novos padrões estéticos e higiênicos - colocados por aqueles que poderiam usufruir dos benefícios da urbanização - foram iniciadas na região que viria a ser conhecida como Ilhota. Conforme Bakos (1996), após a Proclamação da República em 1889 e a ascensão do Partido Republicano Rio-Grandense, cresceu o interesse em transformar o centro de Porto Alegre e seus arredores na “sala de visitas” do Estado. Dessa forma, “todo um arsenal de discursos e políticas públicas de caráter moral e higienista passarão a tomar a cidade como seu objeto, colocando a questão urbana e social na ordem do dia” (KOEHLER, 2015, p. 87).

O marco do surgimento nominal do objeto de estudo é do final de 1904 e início de 1905 com a obra da Intendência Municipal de Porto Alegre, com o intendente José Montauray (1858-1939), tendo como objetivo dar maior vazão a dois arroios que estavam atingindo e alagando ruas da região. Como consequência, as obras resultaram na criação de uma região ilhada, sem circulação de água e sujeita a inundações (Figura 2). Nesse contexto social contraditório, urbanístico e higienista, a área atraiu pessoas que, sem condições de usufruir da parte urbana (detentora da atração dos órgãos governamentais e da elite dirigente), passaram a morar na recém criada Ilhota¹². Essa atração advinha da oportunidade de alugar ou comprar moradias baratas (por se encontrar em uma área desvalorizada que ainda não havia experimentado o processo de gentrificação) e que ficavam localizadas perto de seus ambientes de trabalho. O crescimento populacional no início do século XX assolou a Ilhota, com o aumento expressivo do número de trabalhadores e trabalhadoras negras vivendo no local, conforme sugeriu o sociólogo do Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre (Demhab), Aldovan Moraes (PORTO ALEGRE, 2009b).

11 “Identificada com as práticas culturais aristocráticas do eixo Paris-Londres, a nossa Belle Époque coincide com a derrocada da monarquia e a gênese do regime republicano, alcançando o seu apogeu nas duas primeiras décadas do século XX. A historiografia, aliás, costuma eleger como um dos símbolos desse período as intervenções urbanas promovidas pelo prefeito Pereira Passos na área central do Rio de Janeiro, que deu feições brancas e europeias à capital federal, transformando-a em vitrine do novo regime” (GUIMARÃES, 2012, p. 164).

12 Recorte Mapa Porto Alegre 1906, com destaque para: Ilhota, traçado Av. Ipiranga e pontes sobre Arroio Dilúvio. Elaboração: Daniele Machado Vieira. (IHGRGS, 2005).

Figura 2 - Ponte sobre o Arroio Dilúvio com a Ilhota ao fundo



Fonte: Acervo Fototeca Sioma Breitman - Museu Joaquim José Felizardo

Com o aumento populacional na Ilhota, o município passou a concentrar sua atenção a determinadas problemáticas do ponto de vista urbano, moderno e celetista. Os jornais da época, bem como a população porto-alegrense, eram unânimes ao descrever o local como “abrigo de marginais”. Pesavento (1995) destacou o papel da imprensa nessa construção, atribuindo descrições desdenhosas à região como lugar de crimes, bagunça, desordem, abrigo de “desajustados, sociais e econômicos”¹³, associando os moradores negros com a marginalidade e definindo-os como ladrões.

Ali se encontrava, em um espelho invertido, o que a cidade não queria perceber em si. No espaço desse conveniente outro, havia ociosidade, ao par da cidade que se pretendia laboriosa. Suas mulheres eram perdidas, em contraponto à imaginada virtude das demais. Os homens eram desonestos, à parte da correção que se supunha terem os nobres habitantes da urbe. (WEIMER, 2018, p. 503-504).

A partir dessa construção do imaginário social e dessas representações produtoras da exclusão social no território urbano, foi elaborado pelo engenheiro-arquiteto João Moreira Maciel em 1914 o Plano Geral de Melhoramentos em Porto Alegre¹⁴, idealizado dentro da perspectiva nacional dos

13 Correio do Povo, 10 de outubro de 1953. Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

14 “O Plano Geral proposto procura integrar os aspectos técnicos e teórico metodológicos RIHGRGS, Porto Alegre, n. 163, p. 99-122, dezembro de 2022.

planos de embelezamento. Uma das propostas era a canalização do Arroio Dilúvio¹⁵, que entrelaçava a Ilhota; no entanto, o plano só foi colocado em ação em 1939.

O contexto nacional do final da década de 1930 e início da década de 1940 fora marcado pelas 2ª e 3ª fases urbanísticas, através dos Planos de Conjunto e de Desenvolvimento Integrado. No período, havia uma necessidade evidente de um planejamento melhor das cidades devido aos intensos crescimentos populacionais¹⁶. Essa necessidade teria como consequência, na esfera regional, a concretização do plano gentrificado, seletivo, higienista e “modernista”, “em detrimento dos que seriam enviados para longe dos benefícios da cidade moderna” (POLIDORO; DEMICHEI, 2014, p. 5). Eis a grande contradição do processo de urbanização.

Na execução da canalização do Arroio Dilúvio, a antiga região, conhecida como Ilhota, sofreu paulatinamente com as consequências que culminaram na gentrificação espacial do território majoritariamente negro, que teve como finalidade a expulsão e marginalização do povo negro dos espaços privilegiadamente elitizados, contando com a tendência ao silenciamento de suas histórias. Como apontou Campos (2006, p. 37), “Dependente das relações sociais e de sua intencionalidade, os territórios são construídos e destruídos pelo movimento provocado pelas relações no espaço”. A partir das enchentes de 1941¹⁷, a prefeitura colocou em prática o projeto de expulsão dos moradores da Ilhota. Conforme essa região foi superlotando (Figura 3), começaram as remoções massivas. Em 1967, o Demhab e o Exército retiraram mais de mil casas da Ilhota e levaram seus moradores para inaugurarem a recém criada Restinga¹⁸, um novo espaço geográfico e social

do urbanismo da época com o lema dos republicanos riograndenses “Conservar, melhorando”, diretamente inspirado no positivismo de Auguste Comte. Logo de saída, Maciel inverte o lema, introduzindo seu Relatório e nele indicando sua clara prioridade aos melhoramentos, em detrimento da conservação: “Melhorar conservando’ tal foi o critério que adotamos no estudo do projecto que nos vae occupar”. (DE ABREU FILHO, 2006, p. 47).

15 “O Arroio Dilúvio é um curso d’água que nasce nas proximidades do município de Viamão e cruza a cidade de Porto Alegre no sentido leste-oeste até desaguar no Guaíba. No seu trecho final, depois de encontrar com o Arroio Cascatinha (na altura da atual Rua Érico Veríssimo), o Arroio Dilúvio circundava a Ilhota e adentrava o bairro Cidade Baixa.” (VIEIRA, 2017, p. 80).

16 Densidade Populacional por área efetivamente ocupada no período de 1772 a 2010 (DIAS, 2014).

17 “[...] encontram-se as memórias da Enchente de 1941 em Porto Alegre, um evento que marcou profundamente a vida de muitos habitantes da cidade, particularmente do bairro Cidade Baixa, que como diz o próprio nome, era uma região baixa, cortada pelo Arroio Dilúvio e próxima ao Lago Guaíba. De acordo com Candau, a memória das tragédias coletivas é um recurso identitário que contribui para definir o campo do memorável.” (BARBOSA; ZUBARAN, 2012, p. 69).

18 Guerra à maloca já tem sua estratégia. Zero Hora, Porto Alegre, 19 nov. 1966. Fonte:

destinado aos excluídos do processo de gentrificação/desterritorialização dos Territórios Negros¹⁹.

Paradoxalmente, o processo que saneou a área para realizar o tratamento urbanístico e incorporá-la ao tecido urbano, foi o mesmo que removeu os antigos habitantes, que tanto sofreram com a falta de urbanização e com os constantes transbordamentos do Arroio Dilúvio. Os moradores da Ilhota, a ilha circundada pelo Riacho, foram removidos para outra região talvez mais carente de infraestrutura: o bairro Restinga. (VIEIRA, 2017, p. 84).

Esse processo foi acompanhado pelo chamado Projeto Renascença que, em 1975, delimitou as áreas com potencial de valorização que se encontravam pouco aproveitadas. Para cumprir esses objetivos ocorreram inúmeras desapropriações e remoções sistematizadas de famílias num processo de marginalização (“remover para promover”), de mercantilização do solo e de gentrificação (Figura 4). Na Ilhota, o golpe final da remoção teve consequências traumáticas para aqueles que vivenciaram tal processo. Dar conta apenas de documentos oficiais e narrativas que mascaram a dura realidade dos que sofreram com o amargor da urbanização, não é suficiente e não contempla as múltiplas narrativas de sujeitos que protagonizaram em suas vidas uma história que não é contada.

Elvira Pereira Jauvênia, foi uma das moradoras da antiga Ilhota que passou pelo despejo e marginalização de sua família e vizinhos. Ela relata que “[...] a prefeitura entrou, a brigada entrou, o exército entrou e foi levando tudo pro caminhão, assim, de qualquer jeito mesmo e foi levando lá pro barro vermelho (Bairro Restinga)” (JAUVÊNIA, E., 2016). Se vozes como

Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

Maloca já tem novo lugar. Zero Hora, Porto Alegre, 18 nov. 1966. Fonte: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

Ilhota perde suas malocas. Zero Hora, Porto Alegre, 14 fev. 1967, p. 2. Fonte: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

50 mil vão para nova Ilhota. Zero Hora, Porto Alegre, 22 fev. 1967, p. 2. Fonte: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velinho.

Fim da Ilhota é agora. Zero Hora, Porto Alegre, 28 fev. 1967. Fonte: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velinho.

¹⁹ “Apesar dos negros estarem presentes nos mais diversos espaços, haviam espaços que eram característicos da população negra, seja pela concentração de negros residentes, pelo uso frequente para o trabalho ou para a realização de práticas culturais. Esses espaços acabaram marcados na memória da cidade como territórios negros, devido a concentração de negros e ao uso singular e frequente”. (VIEIRA, 2017, p. 15).

de Dona Elvira não forem ouvidas e registradas, a história seguirá sendo contada pelos mesmos que acreditam que determinados grupos sociais e étnicos não devem pertencer à urbe. A banalização da estigmatização e da marginalização é um discurso que mascara a realidade, através de lemas como “Remover para Promover” do Projeto Renascença.

Figura 3 - Ilhota em 1966



Fonte: Reprodução do Correio do Povo de 1966 - foto Santos Vidarte

Figura 4: Ilhota em 1975



Fonte: DAVIT, 1975, apud BURIN, 2008, p. 121

RIHGRGS, Porto Alegre, n. 163, p. 99-122, dezembro de 2022.

5 RESISTÊNCIA, RECONHECIMENTO E O DIREITO À CIDADE

E assim fora lançado o golpe final contra os negros, pobres e marginalizados da cidade. Aos olhos dos que não sofreram na pele o amargor da urbanização é preferível “remover para promover”. Remover quem? E promover o que e para quem? O Projeto Renascença concluiu o que a décadas estava desenhado na cabeça daqueles que sempre tiveram o desejo de expulsar para longe da urbe os considerados impedimentos para a modernidade, dentro de um discurso higienista, que silenciou as memórias dos que ali viveram, e apagaram a Ilhota da história da cidade. Historicamente os indivíduos que passaram pelo processo de remoção não ganharam ouvidos as suas vozes e as suas histórias. Eles, os protagonistas de uma história que tentou apagá-los, resistiram e permaneceram lutando pelo direito à cidade, ao seu espaço e a escuta de suas memórias.

Após a remoção forçada, alguns moradores se esconderam em casas de familiares em outras regiões ou atrás dos maricás na Ilhota, e em 1978 retornaram para o lugar em que jamais deveriam ter saído, suas casas, sua Ilhota. Esse retorno não foi amigável e nem concedido facilmente. Angélica Celeste Mirinhã, moradora da antiga Ilhota, foi uma das grandes protagonistas da luta pela regularização do território, e em um livreto organizado por Marcelo Oliveira Damasceno e pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ela realiza um depoimento sobre esse processo de reconhecimento, direito e regularização.

[...] nós tivemos que estudar para poder se defender né... foi ótimo porque aí a gente foi atrás da documentação, no cartório... e descobrimos que a nossa comunidade era descendente da Ilhota, resistência de um despejo traumático, que foi para a Restinga e que uma ou duas famílias corajosas não quiseram se submeter e se esconderam atrás dos maricás aqui na dezessete de junho. (MIRINHÃ, 2016)

E foi dessa luta, que hoje é regularizada a Comunidade Território Ilhota, onde exerce-se o controle social sobre os recursos públicos no orçamento participativo, onde criou-se a ong Comunicarte, fortalecendo a organização comunitária, com projetos, oficinas, cursos de formação e capacitação e luta pelas políticas públicas urbanas, resgatando-se a cultura afrodescendente e reforçando o direito à cidade. Hoje, a Comunidade Território Ilhota é composta por aproximadamente 40 famílias que carregam em si a garra e a resistência de seus antepassados, que permanecem lutando pelo seu direito de pertencer a uma cidade que historicamente os pressiona para a periferia e para o isolamento social. Para Angélica Celeste

Mirinã, “essa luta nossa aqui vai continuar ainda, enquanto a gente puder passar para todo mundo a importância desse território, a importância da afrodescendência, quantos negros e negras morreram aqui para que a gente pudesse estar morando aqui [...]” (MIRINHÃ, 2016).

Espaços geográficos embranquecidos, relegados ao esquecimento por aqueles que sentem-se ser os donos da cidade em detrimento daqueles que não devem pertencer a ela, são aspectos que marcam a distinção social territorial existente entre a urbanização e aqueles que seriam expulsos, esquecidos e silenciados. Contextualizando e historicizando essas histórias, coloca-se em evidência o protagonismo negro e suas memórias silenciadas, seus espaços embranquecidos e suas histórias apagadas. O depoimento de Vanderlei Pereira Jauvênia, também morador da antiga Ilhota, enriquece o final deste artigo, colocando em evidência essas memórias e as vivas vozes de quem tem na pele a marca da resistência, da luta e da força. “Mas... a história cobra, a história cobra tudo! E no caso, a resistência tem que continuar, eles tem que saber que tá vivo ainda. É tu lutar por aquilo que tu acha certo. Seja a casa, seja o político. Pra mim é resistência, entendeu? Honrar tua cor, a tua raça aí” (JAUVÊNIA, V., 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso que determinados eventos sejam explicados à luz da perspectiva daqueles que foram relegados na história. Contar a história da Ilhota, como um território negro, fomenta o sentimento de pertencimento a um estado que insiste em silenciar a contribuição dos negros e negras para a cultura e riqueza do Rio Grande do Sul²⁰. Contar a história da Ilhota é compreender e problematizar discursos higienistas em prol de uma modernidade seletiva que aponta aqueles que poderiam ou não fazer parte desse processo. Contar a história da Ilhota é não silenciar memórias que criam sentimentos de pertencimento que, no âmbito coletivo, proporcionam o compartilhamento de experiências que promovem a identidade, conforme evidencia Michael Pollak (1992). Parte-se do princípio de que há

20 “Pode-se dizer que tal ocultamento – ou esquecimento consciente – deve-se, entre outros fatores, a alguns processos principais: i) ao paulatino deslocamento dos territórios negros para as bordas da cidade; ii) representações homogeneizadoras do espaço da cidade, que ao mesmo tempo escamoteia a presença negra e produz um espaço “alisado”, aparentemente sem rugosidades (SANTOS, 2009, p. 14); iii) a adoção da figura mítica do gaúcho como representação oficial, que se sobrepõe aos demais grupos étnicos da constituição do Estado (OLIVEN, 1996, p. 25). Soma-se a isso o fato de que a partir dos anos 1950, o poder público estadual adota como oficiais a imagem do “gaúcho” e os símbolos atrelados a ela (hino farroupilha, pilcha, Semana Farroupilha, chama crioula), fomentando o gauchismo como discurso oficial (SALAINI; GRAEFF, 2011, p. 183-184).” (VIEIRA, 2017, p. 16).

sujeitos silenciados, cujas memórias e vivências não ficam registradas nos órgãos institucionais, na imprensa e no estado. Portanto, dar ouvidos as vozes desses indivíduos significam possibilitar compreender como os múltiplos sujeitos históricos vivenciaram determinado processo.

Ao visibilizar a Ilhota, as narrativas de sujeitos esquecidos, a história e o espaço pelo qual foi apagado do mapa da cidade, foi possível evidenciar a urgência em se trabalhar com a Ilhota, devido a falta de aprofundamento de pesquisas específicas na área. O percalço, os desafios e as conquistas que os moradores da Ilhota realizaram até o presente momento, assim como a história cultural de suas memórias são de suma importância, e necessitam de visibilidade, no entanto, o presente artigo procurou evidenciar um dos aspectos que marcaram a região e a população, que foi a urbanização e a marginalização. As informações dispersas entre os diversos trabalhos até agora produzidos foram subsídio para a produção da presente pesquisa, sobre a Ilhota e a invisibilização de sua história e de seu espaço geográfico na cidade, em conjunto com outras fontes, que proporcionou novas abordagens e novos questionamentos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Pedro; SCHALLENBERGER, Erneldo; BATISTA, Alfredo Aparecido. A história regional-desafios para o ensino e a aprendizagem. *Akrópolis-Revista de Ciências Humanas da UNIPAR*, Umuarama, v. 13, n. 1, p. 39-45, jan./mar, 2005. Disponível em: <<https://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/viewFile/452/411>>. Acesso em: 26 fev. 2021.
- ARAUJO, Neila Prestes. *Origens do Bairro Restinga, entre versões, a inversão do olhar sobre a memória: uma história autocentrada no discurso do sujeito subalterno sobre o processo de ocupação da comunidade entre 1967 - 1971*. 2019. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.
- ASSIS, Tauã Carvalho de; PINTO, Suely de Assis. O ensino de história local como estratégia pedagógica. *Revista Eletrônica de Graduação e Pós-Graduação em Educação*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 1-18, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/17326>>. Acesso em: 26 fev. 2021.
- BAKOS, Margaret Marchiori. *Eternos Intendentes de Porto Alegre*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.
- BAKOS, Margaret Marchiori. *Escravidão e Abolição no Rio Grande do Sul*. 2. ed. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2018.

- BARBOSA, Leandro; ZUBARAN, Maria Angélica. Narrar outras memórias, contar outras histórias: museu, comunidade e patrimônio cultural. *Revista de Iniciação Científica da ULBRA*, Canoas, n. 10, p. 67-72, 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/ic/article/view/279>>. Acesso em: 06 ago. 2020.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.
- BITTENCOURT, Iosvaldir Carvalho. *Relógios da Noite: uma antropologia da territorialidade e da identidade negra em Porto Alegre*. 1995. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.
- BOHRER, Felipe Rodrigues. Breves considerações sobre os Territórios Negros Urbanos de Porto Alegre na pós-abolição. *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 12, n. 29, p. 121-152, jul./dez., 2011. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/25348>>. Acesso em: 17 set. 2020.
- BONETTO, Helena. A invisibilidade negra na cidade de Porto Alegre: uma pesquisa sobre imaginários urbanos. *Revista Para Onde!?*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 164 -172, 2019. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/para-onde/article/view/94117>>. Acesso em: 15 set. 2020.
- BRASIL. *Lei n.10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília: DF. Presidência da República, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em: 20 maio 2020.
- BURIN, Carolina Wolf. *Canalização do Arroio Dilúvio em Porto Alegre: Ambiente projetado X Ambiente construído*. 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- BURKE, Peter. *Escola dos Annales 1929- 1989: A Revolução Francesa da Historiografia*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- CAMPOS, Deivison. *O grupo Palmares (1971-1978): um movimento negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

- DIAS, Tielle Soares. *Análise das intervenções na morfologia original e na dinâmica geomorfológica em áreas alagáveis no município de Porto Alegre - RS*. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2014.
- DE ABREU FILHO, Silvio Belmonte. *Porto Alegre como cidade ideal: Planos e projetos urbanos para Porto Alegre*. 2006. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1979.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Paradoxos da *Belle Époque* tropical. In: PINHEIRO, L. C.; RODRIGUES, M. M. M. (Org.). *A Belle Époque brasileira*. Lisboa: Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012, p. 163-180.
- IHGRGS (Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul). *Cartografia Virtual Histórica-Urbana de Porto Alegre: século XIX e Início do XX*. IHGRGS, 2005. CD.
- KERSTING, Eduardo Henrique de Oliveira. *Negros e a modernidade urbana em Porto Alegre: a Colônia Africana (1890-1920)*. 1998. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.
- KOEHLER, Ana Luiza Goulart. *Retraçando os becos de Porto Alegre: visualizando a cidade invisível*. 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- KROB, Bruna. *Libertos sob cláusulas de prestação de serviços: Os contratos de trabalho estabelecidos a partir das cartas de alforria registradas nos cartórios de Porto Alegre em 1884*. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- MATTOS, Jane Rocha de. *Que arraial que nada, aquilo lá é um areal: O Areal da Baronesa: imaginário e história (1879-1921)*. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.
- MÉRIAN, Jean-Yves. A Belle Époque francesa e seus reflexos no Brasil. In: PINHEIRO, L. C.; RODRIGUES, M. M. M. (Org.). *A Belle Époque brasileira*. Lisboa: Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012, p. 135-163.

- OLIVEN, Ruben George. A invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul. In: LEITE, Ilka Boaventura (Org.). *Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. p. 13-32.
- OLIVEN, Ruben George. *Urbanização e mudança social no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. A invenção da sociedade gaúcha. *Revistas Eletrônicas FEE*, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 383-396, 1993.
- PESAVENTO, Sandra J. Os excluídos da cidade. In: SEFFNER, Fernando (Org.). *Presença negra no Rio Grande do Sul*. Cadernos Porto&Vírgula, n. 11, p. 80-89. Porto Alegre: UE, 1995.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Lugares malditos: a cidade do “outro” no Sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, n. 37, p. 195-216, 1999. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbh/a/BJNpPwDJnKb4dwb5N6WD-QWx/?lang=pt>>. Acesso em: 28 maio 2021.
- POLIDORO, Mauricio; DEMICHEI, Neudy Alexandro. Segregação socioracial na periferia da metrópole gaúcha: análise do bairro Restinga, Porto Alegre/RS. In: VII CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 4., 2014, Vitória. Anais [...]. Vitória: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2014. Disponível em: <http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1403712887_ARQUIVO_CBG_POLIDORO_DEMICHEI_23JUN.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2020.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.
- PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Educação. *Projeto Territórios Negros*. 2009a. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/gpn/default.php?p_secao=18. Acesso em: 03 set. 2020.
- PORTO ALEGRE. Departamento Municipal de Habitação (Demhab). *Plano Municipal de Habitação de Interesse Social: Etapa II - Diagnóstico do Setor Habitacional de Porto Alegre*. 2009b.
- ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. *Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918)*. 2014. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.
- RUPPENTHAL, Francieli. Um percurso vivido: pluralizando histórias e memórias a partir do projeto “Territórios Negros”. *Revista Unisinos*, São Leopoldo, v. 52, n. 2, p. 162-171, maio/ago. 2016.

- SANTOS, Irene et al. *Colonos e Quilombolas: Memória fotográfica das colônias africanas de Porto Alegre*. Porto Alegre: Nova Letra Gráfica, 2010.
- SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia, 1993.
- SOARES, Karitha. *Da forca ao tambor: o Museu do Percorso como reconhecimento histórico da presença do negro na formação da cidade de Porto Alegre*. 2017. Dissertação (Trabalho de Conclusão de Curso em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
- VIEIRA, Daniele Machado. Percursos negros em Porto Alegre: ressignificando espaços, reconstruindo geografias. In: VII CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 4, 2014, Vitória. Anais [...]. Vitória: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2014. Disponível em: <http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404663795_ARQUIVO_DanieleMVieira.CBG2014.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.
- VIEIRA, Daniele Machado. *Territórios negros em Porto Alegre/RS (1800 - 1970): Geografia histórica da presença negra no espaço urbano*. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
- WEIMER, Rodrigo. Do centro à periferia: “malocas” e remoções na constituição do espaço urbano de Porto Alegre (1951-1973). In: *Encontro Nacional da Rede Observatório das Metrôpoles*, 2017, Natal. Regimes Urbanos e Governança Metropolitana. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2017.
- WEIMER, Rodrigo. Gildas de todas as cores: construção de imagens racializadas das vilas de malocas. Porto Alegre, décadas de 1940 e 1950. In: XAVIER, R. C. L.; OSÓRIO, H. (Org.). *Do tráfico ao pós-abolição: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil*. São Leopoldo: Oikos, 2018. cap. 6, p. 495-529.
- ZUBARAN, Maria. A invenção branca da liberdade negra: Memória social da abolição em Porto Alegre. *Revista de História e Estudos Culturais*, Minas Gerais, v. 6, n. 3, jul./ago. 2009. Disponível em: <<https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/192>>. Acesso em: 05 jun. 2020.

ENTREVISTAS:

- JAUVÊNIA, Elvira. Elvira. [Entrevista concedida a] Larissa Machado; Marcelo Damasceno. Ilhota, Porto Alegre, 2016.

JAUVÊNIA, Vanderlei. Vanderlei. [Entrevista concedida a] Larissa Machado; Marcelo Damasceno. Ilhota, Porto Alegre, 2016.

MIRINHÃ, Angélica. Angélica. [Entrevista concedida a] Larissa Machado; Marcelo Damasceno. Ilhota, Porto Alegre, 2016.

Submetido em 16/09/2021

Aceito em 23/03/2022